



“Nós, que Amávamos Tanto a Revolução”: Ditadura Militar, Luta Armada, Prisão e Clandestinidade no Brasil nas Décadas de 1960 e 1970

Izabel Priscila Pimentel da Silva*

Resumo: Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os grupos da esquerda armada foram responsáveis pelo surgimento de um novo personagem no cenário brasileiro: o *guerrilheiro urbano*, que conduziria as massas rumo à revolução. Partindo de um amplo conjunto de entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (desenvolvido pela UFRJ e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça conjuntamente), no qual fui bolsista e responsável pela pesquisa histórica e realização das entrevistas, objetivamos, através da metodologia da história oral, compreender a construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos, evidenciando o cotidiano da militância política, da prisão e da clandestinidade de ex-militantes das organizações revolucionárias brasileiras.

Palavras-Chave: Luta Armada – Ditadura – História Oral

Abstract: During the 1960's and 1970's, the groups from armed left were responsible for the emergence of a new character in Brazilian society: the urban guerrilla, who would lead the masses toward revolution. From a wide range of interviews that were realized in the project “Brands of Memory: Oral History of Amnesty in Brazil” (developed by UFRJ and the Amnesty Commission of the Ministry of Justice jointly), in which I was responsible for historical research and implementation of interviews, our goal is, through the methodology of oral history, to understand the construction of the action's strategies and representations of groups or individuals, showing the daily life of political activism, prison and clandestine life of former militants of the revolutionaries organizations in Brazil.

Key-Words: Armed Struggle – Dictatorship – Oral History

O golpe civil-militar que derrubou o governo democrático do presidente João Goulart em 1964 colocou o Brasil sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de vinte anos e iria

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

perseguir, cassar, censurar, prender, banir e/ou matar as vozes dissidentes. No pós-1964, o recurso às armas foi a opção defendida e adotada por boa parte da esquerda brasileira.¹ Segundo os dados levantados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*², mais de quarenta organizações clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Apesar de ações armadas bem sucedidas, na primeira metade da década de 1970, a luta armada já estava debelada e os seus militantes, em sua maioria, presos, exilados ou enterrados.

O estudo sobre a esquerda armada brasileira se insere numa temporalidade recente, no que se convencionou chamar de *história do tempo presente*, cuja afirmação na historiografia se deu no bojo do processo de renovação da História Política, que tomou corpo, sobretudo, a partir dos anos 80 do século XX. Nesse sentido, as pesquisas que trabalham com a metodologia da *história oral* representam importantes instrumentos para a compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades. Desde a década de 1980, sobretudo nos trabalhos que abordam os anos da ditadura civil-militar brasileira, os *depoimentos e testemunhos* de ex-militantes políticos revelaram-se uma das fontes preferenciais para os historiadores.

Neste artigo, utilizaremos alguns dos depoimentos colhidos pela equipe carioca do projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*.³ A partir destes

¹ Vale destacar que a opção pelas armas por parte das esquerdas brasileiras não foi uma inovação da década de 1960. Neste sentido, ressaltamos que embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964. Contudo, seria no pós-64, já sob o regime ditatorial e uma intensa crise de representação dos partidos tradicionais de esquerda, que as ações armadas se proliferariam entre os grupos de esquerda.

² Trata-se de um amplo projeto, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, que procurou recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no Brasil a partir de 1964, quando da implantação da ditadura civil-militar, elegendo como fonte básica os autos dos processos judiciais instaurados durante o regime autoritário para apuração dos crimes de natureza política. A partir de mais de 700 processos completos reunidos pela equipe do projeto, localizados, sobretudo, no Superior Tribunal Militar, foi possível analisar as instituições jurídico-políticas no regime militar, a estrutura do aparelho repressivo, a legislação de segurança nacional, o perfil dos atingidos e as práticas de tortura sistemática.

³ O objetivo principal deste projeto foi construir um acervo de fontes orais e audiovisuais, bem como do material transcrito, com critérios teóricos e metodológicos próprios da História Oral, a partir da realização, registro e organização de entrevistas com pessoas cujas histórias de vida são atreladas à perseguição política nos períodos de repressão, sobretudo indivíduos contemplados pela Lei nº 10.559/02, que concede anistia política e estabelece uma reparação econômica aos anistiados. Ao longo de um ano de projeto, realizamos 44 entrevistas, que configuram um amplo e diversificado painel de histórias de vida de ex-líderes estudantis, ex-guerrilheiros, familiares de mortos e desaparecidos políticos, militares cassados, artistas, operários, perseguidos políticos em geral, pessoas que se engajaram na Campanha da Anistia na década de 1970, ativistas de direitos humanos, entre outros. Todos estes depoimentos encontram-se à disposição do público no Núcleo de História Oral do Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ).



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

depoimentos, buscaremos revelar o cotidiano da militância política, da prisão e/ou da clandestinidade de alguns ex-militantes de organizações revolucionárias que atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970.

A Vida na Prisão

Ivan Seixas ingressou, aos 15 anos, no *Movimento Revolucionário Tiradentes* (MRT), organização na qual seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, era um dos dirigentes. Em abril de 1971, Ivan (então com 16 anos) e Joaquim foram presos juntos em São Paulo e levados para a *Operação Bandeirantes* (OBAN). Cada um foi encaminhado para uma sala de tortura. Para Ivan, era importante demonstrar para seu pai que ele estava enfrentando com coragem a tortura e a prisão. Uma das estratégias usadas por ele para enfraquecer e confundir os torturadores foi entregar um “ponto” de encontro falso com outro companheiro. Através dessa estratégia, Ivan também tentava se comunicar com o pai e fortalecê-lo:

Eles voltaram espumando (...) e eu aproveitei a fúria deles para passar um recado para o companheiro que estava ali, que era o meu pai. Porque ali não era pai e filho, eram dois militantes. E quando você tem uma situação dessa, o militante que fraquejar ou vacilar enfraquece o outro. (...) Eu precisava dizer ao meu pai que estava tudo bem, que eu não “abri” ninguém. (...) E quando os caras chegaram rasgando a minha roupa, eu falei pro meu pai ouvir: “Claro que era ponto frio, seus babacas! Vocês acham que eu ia entregar um companheiro pra vocês matarem?”. (...) Foi um modo que eu arrumei de eu dominar os caras. (SEIXAS, 2012)

Ivan Seixas também expõe a postura que adotou diante da tortura:

(...) na tortura, uma coisa muito importante de dizer, não tem valente, não tem covarde. Tem o bom e o mau administrador do medo, porque o medo todo mundo sente. Ninguém está preparado pra ser torturado, ninguém tem controle absoluto. O que tem é controle do medo, então se eu tenho um bom controle do medo, eu percebo que eu tenho a informação (...). Eles podem me matar, mas se eles me matarem eles perdem a fonte que, possivelmente, vá fornecer informação. É um jogo que você tem que, minimamente, dominar. Você tem que entender que isso daí é o seu capital (...) (SEIXAS, 2012)



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

Joaquim Seixas foi morto em 17 de abril de 1971. Ivan ficou preso por seis anos, sem nunca ter sido oficialmente condenado, em razão de ter sido detido quando era menor de idade. Foi liberado em agosto de 1976, durante o processo de “abertura” implementado pelo governo Geisel. O corpo de seu pai somente foi encontrado em 4 de setembro de 1990, em uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, onde estavam depositadas mais de mil ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas de esquadrões da morte. Atualmente, Ivan Seixas é editor e membro destacado na luta pela defesa do direito à memória, à verdade e à justiça, tendo, inclusive, atuado à frente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil.

A violência vivenciada na prisão também foi relatada pela jornalista *Rose Nogueira*. Ex-militante da *Ação Libertadora Nacional* (ALN), Rose foi presa em sua casa em São Paulo (juntamente com seu marido) em novembro de 1969, aos 23 anos de idade. Ela tinha acabado de dar à luz: seu filho tinha apenas um mês de vida e, com a prisão dos pais, foi deixado na casa de uma das avós. Rose ficou presa por quase um ano e durante este tempo foi submetida a diversas modalidades de tortura, entre elas a violência sexual, como nos revelou em seu depoimento:

(...) Eu era moça, era bonitinha, como todas, e eles me chamavam de “Miss Brasil”. Lá tinha um sujeito, que era um tarado, que não podia me ver. Quando ele me via, fazia assim [gesto esfregando as mãos]. O nome dele era Tralli, o sobrenome, chamavam de Tralli. (...) E aí eu tinha que tirar a roupa. Então era sempre a mesma história, nem faziam perguntas. (...) Eu tinha leite, e ele dizia que o leite atrapalhava o desejo dele. Então mandou me dar uma injeção para cortar o leite. (...) Tinha um tal de Nelsinho também. E era tudo “inho”, Nelsinho, Rubinho, Luizinho, Toninho, era tudo “inho”, todos no diminutivo, porque eles eram menores mesmo! Eles sabiam que eram menores! (...) E foi um horror! (NOGUEIRA, 2012)

Rose Nogueira foi libertada em julho de 1970. Seu marido passou um ano e oito meses na prisão. A partir de então, ela iniciou um longo e doloroso processo de reinserção na sociedade, batalhando para conseguir emprego e sustentar seu filho. Desde então, dedica-se à defesa dos direitos humanos no Brasil. “A tortura é a coisa mais degradante, a pior coisa que pode acontecer ao ser humano!” (NOGUEIRA, 2012), afirma Rose Nogueira. Atualmente, Rose é presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

Além da violência física e sexual, a vivência na prisão também foi marcada pelo isolamento e pela solidão. *Maria José Nahas*, a *Zezé*, era estudante de Medicina e militante

do *Comando de Libertação Nacional* (COLINA). Foi presa em janeiro de 1969, em Minas Gerais. Ela relembra os momentos de isolamento na prisão:

Eu sempre ficava isolada. Na cela de castigo, na “surda” da penitenciária de mulheres, eu fiquei cinco meses ali, isolada. Cinco meses completamente isolada. Só saía dali para fazer depoimento. (...) O próprio diretor da penitenciária falou: “Não, ela agüenta isso! Ela teve treinamento em Cuba”. Porque ainda não tinha acontecido isso, uma pessoa ficar cinco meses lá e não enlouquecer! Mas quando você tem certeza daquilo que você está fazendo, você encontra mecanismos de defesa. É incrível como você mobiliza força que você não sabe que tem! (NAHAS, 2011)

Zezé Nahas permaneceu presa até junho de 1970, quando foi trocada, junto com outros 39 presos políticos, pelo embaixador alemão, que fora capturado em uma ação revolucionária organizada conjuntamente pela *Ação Libertadora Nacional* (ALN) e pela *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR).⁴ No exílio, passou pela Argélia e de lá seguiu para Cuba, onde morou por quase 10 anos, tendo, inclusive, terminado a faculdade de Medicina. Atualmente, atua no sistema de saúde pública da Prefeitura de Belo Horizonte.

Marcas da Clandestinidade

A prisão foi o destino de praticamente todos os membros das organizações da esquerda armada brasileira que não partiram antes para o exílio ou para a morte. Mas para além da vivência na prisão, o cotidiano da *clandestinidade* também marcou de forma indelével a trajetória destes ex-militantes de organizações revolucionárias brasileiras. Cair na clandestinidade era, acima de tudo, uma tentativa de sobrevivência para estes militantes políticos. Ao ingressar em uma organização da esquerda armada e/ou ao tornar-se clandestino, o militante rompia de forma radical com toda sua vida anterior. Identidades falsas,

⁴ Sobretudo após as intensas levas de prisões de militantes, as organizações da esquerda armada brasileira adotaram uma nova tática revolucionária: a captura de embaixadores e diplomatas, trocados por centenas de presos políticos. A primeira ação desse tipo foi realizada em setembro de 1969 pela *Dissidência Comunista da Guanabara/ Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (DI-GB/MR-8), que capturaram o embaixador estadunidense, trocado por 15 presos políticos. Em março de 1970, a VPR capturou o cônsul japonês, trocado por 5 presos políticos. No mesmo ano, a mesma organização capturou o embaixador alemão (em ação conjunta com a ALN), trocado por 40 presos políticos, em junho, e o embaixador suíço, em dezembro, trocado por 70 presos políticos, sendo que a troca só foi efetuada em janeiro de 1971. O governo mostrou-se cada vez menos inclinado a aceitar a exigência dos revolucionários em troca dos diplomatas capturados e essa forma de luta acabou sendo abandonada pelos guerrilheiros.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

“aparelhos”, “pontos” e regras de segurança tornavam-se parte da rotina. O guerrilheiro habitava um mundo com linguagem, leis e códigos próprios – uma existência paralela. Em muitos sentidos, *cair na clandestinidade significava tornar-se um exilado dentro de seu próprio país.*

Aliás, o exílio foi o destino de milhares de brasileiros, forçados a abandonar o país por conta da política repressiva da ditadura civil-militar implementada a partir do golpe de 1964. Este foi o caso da família de *Flávia Schilling*, que se exilou no Uruguai logo após o golpe. Seu pai, Paulo Schilling, era um político gaúcho, ligado ao governo de João Goulart, deposto pelo golpe. No Uruguai, Flávia envolveu-se com o movimento estudantil e, posteriormente, ingressou no *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*. Em 1972, abandonou a faculdade de Medicina e entrou para a clandestinidade. Ela considera este um período muito doloroso:

(...) Se o exílio é estar com as malas prontas o tempo todo, (...) a clandestinidade é a tua morte social, é uma situação que até hoje eu não gosto de lembrar, porque exatamente você não vive socialmente, é um tempo em branco, um espaço vazio. É de uma inutilidade, de uma brutalidade (...) A clandestinidade realmente é um momento terrível, porque você não faz nada, você só se esconde, você não existe. (SCHILLING, 2011)

Flávia Schilling foi presa em novembro de 1972, após ser baleada no pescoço durante um cerco policial. Permaneceu presa até abril de 1980, quando foi finalmente libertada após uma ampla campanha do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que pressionou o governo brasileiro a pedir sua extradição ao Uruguai. Atualmente, Flávia é professora de Educação na Universidade de São Paulo (USP).

Victória Grabois, por sua vez, nunca foi presa, mas passou mais de uma década na clandestinidade. Filha de Maurício Grabois, histórico dirigente comunista, Victória e sua família eram militantes do *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB). Após o golpe de 1964, ela foi expulsa do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (pertencente à atual UFRJ). A partir daí, com a perseguição política aos seus pais, toda a família se transferiu para São Paulo e caiu na clandestinidade. Em São Paulo, Victória conheceu Gilberto Olímpio Maria, também militante do PCdoB, com quem se casou.

Desde 1966, diversos militantes do PCdoB foram deslocados para a região do Araguaia (no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins), a fim de deflagrar a

guerrilha rural. Entre 1966 e 1969, o pai, o irmão e o marido de Victória também se transferiram para aquela região. Victória só não foi pro Araguaia, porque pouco antes decidiu engravidar. De certa forma, seu filho salvou a sua vida. A presença do PCdoB, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos e, após três campanhas militares, desencadeadas entre 1972 e 1973, a guerrilha foi liquidada.⁵ Maurício Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio são até hoje *desaparecidos políticos*.

Enquanto sua família estava no Araguaia, Victória Grabois, que já vivia na clandestinidade, permaneceu em São Paulo, adotou uma nova identidade (passou a se chamar “Teresa”), batalhou para conseguir emprego, teve de registrar seu filho Igor com outro nome (com medo de que pudessem descobrir que ele era neto de Maurício Grabois), mudava constantemente de casa, por questões de segurança e, junto com sua mãe, enfrentou grandes dificuldades em seu cotidiano clandestino:

Eu vivia com a minha mãe e o meu filho. Eu não tinha marido, eu não tinha amiga, eu não tinha ninguém (...) eu caí na clandestinidade com 20 anos de idade e fui até os 36 (...) Viver na clandestinidade é algo inominável (...) no meu caso em particular, você viver com filho pequeno, com nome falso, uma criança que não tem parente (...) eu tive que inventar para ele que o pai era separado. Porque ele era muito pequeno e não sabia o que acontecia. Quer dizer, esse pai ausente que nunca aparece (...) Todas as crianças tinham família, ele não tinha família. Era uma coisa muito dura! (GRABOIS, 2011)

Após o decreto da lei da anistia em 1979, Victória voltou para o Rio de Janeiro, procurou um advogado que defendia presos políticos, tirou novos documentos, desta vez com seu nome verdadeiro e, finalmente, ela e sua mãe saíram da clandestinidade. Atualmente, é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Amor e Revolução

Os depoimentos dos ex-militantes da esquerda armada brasileira revelam histórias e trajetórias marcadas pela prisão e tortura; pela insegurança da clandestinidade; pela perda dos laços sociais; pelo isolamento. Aliás, esse isolamento era refletido de forma concreta na

⁵ No Araguaia, os camponeses locais foram brutalmente torturados pelo Exército, acusados de serem cúmplices dos guerrilheiros. Estes, por sua vez, foram caçados com requintes de crueldade. Mesmo depois de presos, foram assassinados e seus corpos esquartejados, exibidos em lugares públicos e enterrados em locais até hoje desconhecidos.



ANAIIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO
ISBN 978-85-65957-00-7

vivência dentro dos *aparelhos*, marcada, muitas vezes, pela solidão, pela espera angustiada por notícias dos companheiros ou pela hora de sair e partir pra ação. Mas no interior dos *aparelhos*, também havia espaço para diversão, companheirismo, solidariedade, amor.

São vários os casais que se formaram dentro das organizações revolucionárias e que, em meio a um *combate nas trevas*, também se entregaram ao amor e compartilharam sonhos e perspectivas de uma vida em comum, revelando, portanto, uma outra faceta da vivência da esquerda armada, caracterizada por episódios dramáticos, mas também românticos e até cômicos.

Maria José Nahas, por exemplo, namorava Jorge Nahas, que, como ela, era estudante da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e militante do COLINA. Eles se casaram, ainda durante a vida clandestina, marcada pela participação de ambos nas ações armadas. Zezé Nahas relata um episódio hilário do seu enxoval que se transformou em armas e munições para a sua organização:

Quando a gente estava ali formando o comando armado, a gente tinha que ter armas e estávamos com dificuldade de tê-las (...) nessa época, eu decidi casar. Estava em Muriaé [MG] e disse: “Mamãe, acho que vou casar!”. “Mas como? Ele te pediu em casamento?”. Eu disse: “Não! Não pediu não, mas eu acho que vou pedir! Você tem que me dar o dinheiro para eu fazer o meu enxoval”. (...) Fizeram as contas lá de quanto seria o enxoval e o fato é que eu recebi esse dinheiro para fazer o enxoval, e entreguei para o Ângelo [Pezzuti] que era o nosso comandante. Cheguei para ele e falei: “Olha, eu consegui o dinheiro para fazer o enxoval”. E ele disse: “Nossa, que maravilha, nós estamos precisando demais desse dinheiro”. Algum tempo depois ele chegou lá em casa (...) e falou: “Olha, chegou o seu enxoval”. E eu falei: “Bom, vamos ver o enxoval”. (...) O meu enxoval rendeu! Eles conseguiram metralhadoras Thompson, daquelas que aparecia em filmes da máfia (...) E o Ângelo falava: “Olha, gostou dos seus lençóis? Você acha que seus lençóis são bons?”. (NAHAS, 2011)

Jessie Jane Vieira de Souza e Colombo Vieira de Souza eram militantes da *Ação Libertadora Nacional*. Foram presos juntos em 1º de julho de 1970, quando executavam a ação de seqüestro do avião *Caravelle PP-PDX* da Cruzeiro do Sul, no Rio de Janeiro. O casal permaneceu preso por nove anos: ela na penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, e ele no presídio da Ilha Grande e, posteriormente, no presídio Frei Caneca. Ficaram cinco anos sem se ver. A única forma de comunicação eram as cartas. Em 1972, conseguiram autorização judicial para se casarem. Em 1975, conquistaram – num caso precursor – o direito à visita íntima: Colombo ia de 15 em 15 dias visitar Jessie na penitenciária em Bangu. Jessie



engravidou na prisão e, em setembro de 1976, nasceu Leta, filha do casal, na Clínica São Sebastião (Rio de Janeiro) sob forte vigilância policial. A menina permaneceu alguns meses ao lado de Jessie na prisão e depois foi entregue à sua sogra. Jessie e Colombo foram soltos em 1979 e estão casados até hoje (SOUZA, 2001). Atualmente, Jessie Jane é professora de História da América da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As experiências de vida relatadas nos seis depoimentos utilizados neste artigo nos permitem vislumbrar o horizonte de possibilidades, das dores às alegrias, dos projetos às utopias, de uma geração e de uma época. Nesse sentido, o uso da História Oral como metodologia tem contribuído muito para o trabalho do historiador do tempo presente. Estas entrevistas não só apontam para as inúmeras possibilidades de atuação durante o período da ditadura civil-militar brasileira, mas também revelam uma pluralidade de memórias, que podem servir como fonte e objeto de estudo para os historiadores, constituindo-se, portanto, em um rico manancial para os estudos históricos do Brasil contemporâneo.

Fontes Orais:

GRABOIS, Victória. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2011.

NAHAS, Maria José. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Belo Horizonte, 27 de novembro de 2011.

NOGUEIRA, Rose. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

SCHILLING, Flávia. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo, 18 de julho de 2011.

SEIXAS, Ivan Akselrud. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Depoimento concedido ao projeto “Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil” (Equipe do Rio de Janeiro – UFRJ). Rio de Janeiro, 27 de abril de 2011.